



A análise de Antônio Cândido: O papel das idéias e do pensamento no processo de geração da mudança social no Brasil

ANTONIO CANDIDO: THE ROLE OF IDEAS AND THOUGHTS IN THE SOCIAL CHANGE GENERATION PROCESS IN BRAZIL

Dra. Maria José de Rezende (wld@rantac.net) Universidade Estadual de Londrina (Paraná, Brasil)

Abstract

In a general sense, this article will demonstrate how Antonio Candido's reflections attribute a fundamental role to the ideas and several forms of thought (literary, social, political) in the generation process of changes. Not only the former but also the latter ones have a great potential in the detection process of favorable or unfavorable conditions so that social changes happen, which may be superficial and/or substantive. More specifically, the Romanticism and the Modernism will be presented as two movements of ideas that had far-reaching repercussion on the production of criticisms to social, economical and political conditions based on exclusion, as well as intellectuals' engagement proposals in the transfiguration process of the Brazilian society. It will also be analyzed Antonio Candido's reflections on the role of some intellectuals in support of the abolitionism, the republic and the democracy.

Key words: social change, democracy, romanticism, modernism.

Resumo

De modo geral, este artigo demonstrará como as reflexões de Antônio Cândido atribuem um papel fundamental às idéias e às diversas formas (literária, social, política) de pensamento no processo de geração das mudanças. Tanto as primeiras quanto as segundas têm um grande potencial no processo de detecção das condições favoráveis ou não para que ocorram transmutações sociais, as quais podem ser superficiais e/ou substantivas. De maneira mais específica, serão apresentados o romantismo e o modernismo como dois movimentos de idéias que tiveram grande repercussão na produção tanto de críticas às condições sociais, econômicas e políticas baseadas na exclusão, quanto de propostas de engajamentos dos intelectuais no processo de transfiguração da sociedade brasileira. Analisar-se-á também as reflexões de Antônio Cândido acerca do papel de alguns intelectuais na defesa do abolicionismo, da República e da democracia.

Palavras-Chaves: mudança social, democracia, romantismo, modernismo.

Introdução

Antônio Cândido (1) produziu, a partir da década de 1940, uma intensa reflexão sobre a vida social brasileira (2). Seus ensaios acerca da vida literária, em geral (2002, 2000, 1996, 1995), e, em particular, sobre o romantismo no Brasil (2002a), suas críticas literárias diversas (2002b), suas discussões sobre a vida política brasileira (2002d, 2002c, 2001), seus trabalhos sobre pensadores sociais e políticos (Sylvio Romero, Joaquim Nabuco, Manoel Bomfim, Euclides da Cunha, Fernando de Azevedo), suas incursões sobre o tema da escola e da educação (2002e, 1990, 1989, 1987a, 1987) e suas pesquisas que culminaram em várias contribuições acerca da cultura, da identidade e da sociabilidade (2001), são de grande importância para a busca de caminhos para operar uma sistematização da noção de mudança social que atravessa os seus textos ao longo da segunda metade do século XX.



Neste artigo, serão trabalhadas somente as discussões de Antônio Cândido acerca do papel do conhecimento, das idéias e do pensamento na geração de processos de mudança social. Suas discussões sobre as situações contraditórias tanto politicamente quanto culturalmente que deram origem a movimentos de idéias e de pensamentos voltados para a introdução de modos de agir e de pensar inovadores, reformistas ou revolucionários serão tomados como ponto de partida desta análise.

Seus textos de críticas literárias, de história da literatura, de sociologia da literatura bem como suas reflexões sobre política, cultura e pensamento (o pensamento está sendo tomado aqui como o conjunto de idéias e de valores que orientam as atitudes nos diversos campos da vida social) oferecem pistas seguras para a compreensão dos caminhos que os processos de mudanças foram construindo ao longo dos séculos XIX e XX (3). Através do estudo das formas de expressão (literatura, pensamento social e político, principalmente) que criticavam publicamente uma ordem social extremamente cruel com uma parte expressiva da população brasileira (índios, escravos e pobres de modo geral), Antônio Cândido retratou como se foram constituindo os elementos indicadores de mudanças sociais que estavam sendo impulsionadas tanto por ações políticas quanto por idéias capazes de clarear os caminhos por onde estas últimas deveriam prosseguir.

1. Vencendo o desconhecimento e produzindo a mudança através de uma luta contra o alheamento

Em um artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo, em 1999, Antônio Cândido, ao participar de um debate sobre os desafios sociais da fome, levantava uma questão reveladora de sua postura acerca do papel do conhecimento e do pensamento na produção de ações políticas voltadas para o combate das iniquidades sociais. Nessa ocasião, ele afirmava que alguns intelectuais - Josué de Castro (4) era citado como exemplo - haviam pavimentado um longo caminho por onde fluíram debates, ações e consciências acerca de uma realidade incômoda: a miserabilidade e a exclusão de parte expressiva da população brasileira.

“Quem tem a minha idade, ou pouco menos, ainda lembra que nas escolas dos anos 20, 30 e 40 a palavra de ordem era apresentar o nosso país como terra prometida, onde havia o necessário para todos e ninguém morria à mingua. Homens como Josué de Castro trouxeram à tona a triste realidade e levaram as concepções educacionais a serem mais realistas, porque ficou impossível esconder aos jovens a triste verdade. Ora, sem o conhecimento da verdade não se muda nada” (Candido 1999:6).

Esta passagem acima citada é de grande importância para este artigo porque coloca duas questões essenciais: o papel do conhecimento na construção de processos de mudança e o papel que os movimentos de idéias (romantismo, modernismo) possuem na constituição do entendimento da realidade e de suas mazelas e iniquidades sociais. O desvendamento destas últimas só ocorre através da produção e da disseminação do conhecimento crítico, o qual está na base da possibilidade de politização de todos os segmentos sociais para que eles se tornem cientes das causas e das conseqüências da fome, da miserabilidade, da desigualdade e das diversas formas de exclusão. Somente assim é possível, segundo Cândido, construir caminhos por onde possam fluir ações, realmente, capazes de alterar o curso social seguido pelo país.

Há, para ele, a necessidade de empreender um esforço de elucidação das dificuldades sociais petrificadas ao longo da história do país. Todavia, o conhecimento originário desse processo de desvendamento deveria ser posto a serviço da reeducação tanto da população em geral quanto das classes dominantes. Era preciso fazer com que estas últimas vissem, assim dizia ele, “que somos um país muito desigual, encharcado de iniquidade, onde há setores bem-sucedidos e outros que nos situam, lamentavelmente, na retaguarda dos povos civilizados. Basta consultar as estatísticas alarmantes sobre as nossas deficiências no terreno social” (Candido 1999:6).

Nesse artigo, Antônio Cândido parece crer que a classe dominante age de modo a eternizar uma lógica reprodutora da miséria e da pobreza também por desconhecimento, por ignorância. O alheamento da realidade é fruto –não só para os setores populares, mas também para todos os demais segmentos– de um processo arraigado que reproduz, em todos os âmbitos da vida social, uma obscuridade que acerca e impede a emergência de uma lucidez capaz de reordenar o país.



Em vários momentos da história do Brasil, foi possível detectar movimentos que tendiam a lutar contra algumas formas de desconhecimentos arraigadas nos diversos setores sociais. Havia uma lógica econômica, social e política reprodutora de todas as formas de desigualdades e de exclusão que eram, muitas vezes, trazidas à tona através das produções literárias e do pensamento social e político, os quais oferecem as melhores pistas para compreender até mesmo as contradições que embalavam os segmentos sociais superiores.

Através da análise da emergência do movimento literário, conhecido como romantismo no Brasil, Antônio Cândido (2002, 2002a) consegue desvendar o modo como a produção de novas idéias acerca do país, as quais eram expressas na poesia e no romance, trazia à tona inúmeras contradições, derivadas da condição de colônia, tanto políticas quanto culturais. No século XVIII e no século XIX alguns homens pertencentes aos segmentos superiores mostravam-se descontentes com os limites colocados às suas pretensões políticas. Alguns projetos de mudança, tais como o da Inconfidência Mineira, de 1789, e o da Associação liberal, de 1794, teriam derivado de imposições da metrópole as quais contrariavam os interesses de alguns setores que aspiravam por chegar à condição de classe dirigente.

O movimento denominado romantismo no Brasil foi amplamente discutido não só por Antônio Cândido, mas também por outros pensadores sociais do país. Manoel Bomfim, em *O Brasil Nação* (1931), tentava identificar os motivos políticos que faziam emergir os escritos românticos de Gonçalves Dias (1823-1864), Álvares de Azevedo (1831-1852), Casimiro de Abreu (1839-1860), Castro Alves (1847-1871), entre outros. Há divergências acerca da possibilidade de estudar um dado movimento literário, artístico e cultural somente do ponto de vista dos motivos políticos que o orientam. Maria de Jesus Evangelista (2007:4), estudiosa do romantismo oitocentista e de suas raízes portuguesas, afirma que, do ponto de vista estético, o romantismo, seja ele produzido em Portugal ou no Brasil, é único, o que conclui em razão de sua pesquisa comparativa entre Almeida Garret e Gonçalves Dias.

No entanto, ao trazer à tona os desencantamentos com os rumos da nação, os desejos de mudança, a denúncia contra o aviltamento da política e da vida social, a crítica aos dirigentes pós-independência, a necessidade de construir uma identidade nacional capaz de resistir aos desmandos políticos em voga, os poetas que formaram o movimento denominado romantismo externalizavam o desejo de “formação de uma nação, segundo Bomfim (1931) não-tutelada politicamente pelos lusitanos” (Rezende 2003:90).

O romantismo no Brasil enquanto movimento estético e político, que atinge as artes plásticas, a literatura, a música e o teatro, tem como marco inicial o ano de 1836 quando Gonçalves de Magalhães publica *Suspiros Poéticos e Saudades*. Na pintura, os quadros *A Batalha do Avaí*, de Pedro Américo, e *A batalha de Guararapes*, de Victor Meirelles, são também considerados marcos importantes do movimento romântico, já que objetivavam exaltar uma forma de nacionalismo. Contudo, é no campo da literatura que o romantismo, no Brasil, ganha sua melhor performance com o que se convencionou chamar de primeira, segunda e terceira geração de escritores românticos. Daquela primeira faziam parte Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre e Teixeira e Souza, os quais mesmo com diferenças entre si, visavam enaltecer um ideal de nação que deveria buscar os fundamentos de sua identidade cultural nos indígenas. Neste momento, o índio era idealizado como o “bom selvagem” que, evidentemente, era uma contraposição aos civilizados cruéis que detinham em suas mãos, mesmo após a independência de 1822, os nossos destinos.

Faziam parte da segunda geração, entre outros, Alvares de Azevedo e Casimiro de Abreu. O romantismo, assume, neste momento, uma perspectiva de desalento diante da vida social. O refúgio no extremo pessimismo e na tristeza passou a ser denominado de romantismo subjetivista. A terceira fase, a qual tinha Castro Alves como o seu mais importante expoente, foi marcada pela contundente crítica social. Seus escritos sobre a condição da escravidão e do negro no Brasil mostram um país frágil, arcaico e, de certa forma, condenado ao atraso, caso permanesse preso ao trabalho servil.

O romantismo não pode, então, ser definido somente do ponto de vista abstrato, como se representasse idéias desencarnadas do contexto econômico e político. O grande desafio é compreender o nexos existente entre o



pensamento expresso naquela forma literária e a vida social vigente no país, no século XIX. A busca da peculiaridade nacional, tema orientador deste movimento, ganha um espaço expressivo na literatura, na música (O Guarani, de Carlos Gomes) e no teatro (O noviço, de Martins Pena). Isso terá conseqüências expressivas para todo o pensamento social que se aterá, a partir desse momento, às singularidades brasileiras.

Enfim, pode-se dizer que o romantismo oitocentista, no Brasil, alimenta-se tanto de elementos políticos, sociais e culturais desencadeados pela Independência de 1822, quanto da emergência de uma sensibilidade crítica à arte clássica. Os temas ufanistas, o destaque de uma visão edênica do país, de sua natureza exuberante e de seu povo nativo expressavam a emergência de uma dada consciência nacional, mas fazia emergir também um movimento estético e artístico que representou avanços na vida cultural brasileira. Conforme afirma Antônio Cândido em *Literatura e sociedade*, como todo movimento importante, também o romantismo foi regido pela dialética do localismo e do cosmopolitismo. Isto quer dizer que é um equívoco supor que ele se definia como algo em total oposição a Portugal. O equilíbrio entre o local e a reafirmação de padrões românticos europeus possibilitou que esse movimento fosse uma experiência ímpar na história brasileira.

No livro *O romantismo no Brasil*, Antônio Cândido oferece pistas interessantes para compreender a seguinte questão: Que motivos orientaram as ações de alguns homens cultos –empenhados em seguir pelos caminhos da literatura e do pensamento social e político no decorrer do século XIX– que passaram a denunciar as condições humilhantes a que estavam submetidos os índios, os negros e os demais pobres de modo geral? A motivação, diz ele, era de natureza essencialmente política, já que as condições de submissão à metrópole limitavam inteiramente os movimentos, até mesmo, dos segmentos superiores da sociedade brasileira, os quais percebiam que, ao permanecerem as condições coloniais, não se abria qualquer brecha para que eles se tornassem parte do grupo dirigente. “Para os nossos ‘ilustrados’, a escrita parecia um instrumento de elevação e dignidade do país politicamente subordinado, por meio da ação de suas elites” (Candido 2002).

Diversos projetos de mudanças no século XVIII e XIX (Inconfidência Mineira, movimentos pela Independência, pela democracia e pela República) expressavam descontentamentos dos segmentos cultos que, mesmo integrados ao sistema de dominação, viviam uma situação contraditória, pois tinham seus movimentos, aspirações e desejos podados pela condição colonial (Candido 2002:8). A Independência ocorrida em 1822 é mostrada por Cândido como uma tentativa de responder às insatisfações dos segmentos dominantes. Ela torna-se inevitável numa conjuntura de busca de soluções conciliatórias que possibilitou uma reacomodação de setores descontentes.

Mesmo que Antônio Cândido não se tenha aprofundado nessa discussão, é, porém, possível constatar que essa readequação das forças dominantes na década de 1820 não significou a extinção dos conflitos e contradições que se vão desenrolar nas décadas seguintes (Bomfim 1931). Isso se deu porque tanto os problemas das classes dominadas permaneceram inalterados quanto as mudanças sociais e culturais foram implementando novas perspectivas, no seio dos setores preponderantes, no que diz respeito às possibilidades políticas que se abriam no país em razão da Independência.

As tensões no âmbito dos segmentos dominantes, dos quais faziam parte os que se dedicavam à literatura e ao pensamento social, estavam marcadas pelas transformações socioculturais orientadoras de comportamentos e de ações divergentes no modo de entender a própria vida política. A partir de 1808, com a vinda de D.João VI, houve a intensificação de uma vida cultural com a instalação de tipografias e da biblioteca nacional. Rompiam-se, assim, as proibições –que vigoraram até então– de criação de tipografias, bibliotecas, universidades.

Antônio Cândido considera que a ampliação do acesso a bens culturais, entre os componentes dos grupos dominantes, implementou modificações significativas porque exacerbou, entre alguns homens cultos, a convicção de que era necessário construir meios de intervir no processo decisório, até então, monopolizado pela metrópole. A Independência, em 1822, não abria brechas para a participação reivindicada por membros dos segmentos dominantes. Isso desencadeia, conforme afirma Manoel Bomfim (1868-1932) no livro *O Brasil Nação*, um embate significativo entre os nativistas e os bragantistas. É nesse contexto que ganha forma, a partir de 1822, a idéia de



participação do cidadão, “que deveria tomar a iniciativa de estabelecer o bom governo, de baixo para cima, a fim de promover o império da razão. Essa transição ideológica corresponde ao desejo crescente de autonomia, que terminou pela separação de Portugal e se exprimiu na ação e nos escritos de intelectuais, que falavam em promover as reformas necessárias para civilizar e modernizar o país segundo as idéias do tempo: liberdade de comércio e de pensamento, representação nacional, instrução, fim do regime escravagista, etc.” (Candido 2002a: 14).

Era visível no interior de vários movimentos políticos, no início do século XIX, a atuação de intelectuais (tais como o poeta Natividade Saldanha e o jornalista Frei Caneca) defensores de um civismo que tinha como significado maior a defesa de interesses nativistas e/ou nacionais em franca oposição aos interesses da metrópole portuguesa. Florescia, então, a idéia de que era necessária uma fiscalização dos atos do governo, o que, sem dúvida, expressava mais e mais uma desconfiança quanto ao modo de processamento da política dirigente. O jornalista Hipólito da Costa, do *Correio Brasiliense* (1808-1822), advogou, durante anos, a necessidade de fiscalizar os atos governamentais, de acabar com a escravidão e de desenvolver o país para além do litoral.

A evolução da vida cultural brasileira é tomada, então, por Cândido como fator de mudança social e política; todavia não se deve esquecer que as idéias e o pensamento externalizavam elementos que continham tanto as singularidades locais quanto às influências européias vívidas nas mentes de muitos homens ilustrados que haviam estudado na Europa.

“Se fosse possível estabelecer uma lei de evolução da nossa vida espiritual, poderíamos talvez dizer que toda ela se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitismo, manifestada pelos modos mais diversos. Ora a afirmação premeditada e por vezes violenta do nacionalismo literário, com veleidades de criar até uma língua diversa; o declarado inconformismo, a imitação consciente dos padrões europeus. (...) Pode-se chamar dialético a este processo porque ele tem realmente consistido numa integração progressiva de experiência literária e espiritual, por meio da tensão entre o dado local (que se apresenta como substância da expressão) e os moldes herdados da tradição européia (que se apresentam como forma da expressão). (...) O intelectual brasileiro, procurando identificar-se a esta civilização, se encontra todavia ante particularidades de meio, raça e história, nem sempre correspondentes aos padrões europeus que a educação lhe propõe, e que por vezes se elevam em face deles como elementos divergentes, aberrantes. A referida dialética e, portanto, grande parte da nossa dinâmica espiritual, se nutre deste dilaceramento, que observamos desde Gregório de Matos no século XVII, ou Cláudio Manoel da Costa no século XVIII, até o sociologicamente expressivo *Grito imperioso de brancura em mim* de Mario de Andrade – exprime, sob a forma de um desabafo individual, uma ânsia coletiva de afirmar componentes europeus da nossa formação” (Candido 2000:101-102).

Observe-se que Antônio Cândido, ao atribuir um papel essencial às idéias e ao pensamento na geração das mudanças, que lentamente vão-se processando ao longo dos séculos XVIII e XIX, não deixa de mostrar que há um movimento de reafirmação e de negação constante das singularidades do país perante a Europa. O surgimento de novos modos de interpretar o país, nos quais se levavam em conta os índios, os negros e todos os demais segmentos mais pobres, trazia à tona uma expectativa de mudança que guardava tanto semelhança com o que se realizava na Europa (vide o caso dos ideais dos Inconfidentes) quanto dessemelhança, em razão de um caráter ímpar da vida nacional.

Essa tensão entre o local e o europeu que atravessou a formação, o desenvolvimento e a maturação das diversas formas (literária, social, política, econômica) de pensamento brasileiro vai-se prolongar século XX adentro. Basta observar os escritos de Silvio Romero (1851-1914) que expressam um verdadeiro embate, uma luta titânica, com a suposição de que era possível que o país seguisse, em seus processos de mudança, os passos dos países europeus. Mesmo não se desvencilhando inteiramente desta crença de que os povos mais atrasados tendiam a seguir as trilhas dos povos mais avançados, Romero lutou bravamente contra esta suposição ao reivindicar uma necessária formação de um pensamento e de uma prática social, política e cultural que expressassem as singularidades brasileiras e suas circunstâncias históricas. “A nação brasileira não tem pois em rigor uma forma própria, uma



individualidade característica, nem política, nem intelectual. Todas as nossas escolas, numa e noutra esfera não tem feito mais em geral do que glosar, em clave baixa, as idéias tomadas à Europa, às vezes em segunda ou terceira mão” (Romero 1943:129).

A tensão entre localismo e europeísmo, apontada por Cândido como formadora por excelência do pensamento brasileiro em geral, tem nos escritos de Silvio Romero (5), de Euclides da Cunha (1866-1909) e Manoel Bomfim o seu ápice (6). A pergunta feita por eles de modo incessante era: Quais são os efeitos e as conseqüências sociais da incorporação, no pensamento social brasileiro, de um modo de interpretação do país sustentado numa espécie de clonagem das idéias estrangeiras? No livro *Os sertões*, Euclides da Cunha, mesmo influenciado por pensadores europeus como Spencer, Buckle, Taine, denunciava a trágica situação de o país não possuir qualquer projeto de nação, o que era visível no exame tanto das práticas políticas quanto da idéia de civilização que era tomada de empréstimo da Europa. “Ao destruir Canudos o país agia como um mercenário a serviço de um projeto de civilização que não era o seu. Os princípios de civilização que nortearam a ação contra Canudos eram europeus e não brasileiros” (Rezende 2001:203, Cunha 1995:8).

Tanto Silvio Romero quanto Euclides da Cunha travavam, afirma Antônio Cândido, uma verdadeira batalha contra o alheamento das condições culturais, sociais e políticas do país. Cada um a seu modo trazia para o debate elementos presentes na vida nacional, tais como: a exclusão, a tendência ditatorial da República positivista recém-instalada, o racismo, a diferenciação étnica, o isolamento de enormes grupos populacionais (o sertanejo, por exemplo), a desconfiança em relação ao povo em geral quanto às suas possibilidades de intervir no processo político, a descrença nos segmentos preponderantes que desconheciam inteiramente as necessidades da nação e os conflitos oriundos desta última condição. Seus textos (tais como: *Os sertões*, *Contrastes e confrontos*, *À margem da história*, *Da Independência à República* (1966), de Euclides da Cunha e *História da literatura brasileira* (1943), *Estudos sobre a poesia popular no Brasil* (1977), *Obras filosóficas* (1969), *Parlamentarismo e presidencialismo* (1979), *O Brasil na primeira década do século XX* (1911), *Provocações e debates* (1910) entre outros) e suas ações políticas indicavam caminhos por onde deveriam fluir mudanças capazes de reconstruir as relações sociais em todos os âmbitos da vida social.

Euclides da Cunha (7) e Silvio Romero trataram de modo diferente os problemas que se propuseram a atacar, todavia há pontos de convergência entre eles no tocante ao modo de atacarem os desatinos dos dirigentes da República recém instalada, a despolitização da nação inteira, o desinteresse, quase que generalizado tanto dos segmentos preponderantes quanto dos demais, pelo destino político do país, a tendência ao autoritarismo, que grassava entre os dirigentes, e as dificuldades de vislumbrar mudanças substanciais no início do século XX (Candido 2002f) (8). Todas essas reflexões empreendidas por eles colocavam no centro da cena a necessidade de produzir um conhecimento singular sobre a realidade brasileira, o qual deveria ser capaz de produzir atitudes contrárias ao alheamento (visível nos vários segmentos sociais) reinante até então.

Desse prisma é que se devem analisar as reflexões de Antônio Cândido acerca da importância do pensador e do conhecimento como agentes de mudança social, pois tanto o primeiro quanto o segundo, são analisados, por ele, em vista também das ações políticas que se foram produzindo com o próprio ato de conhecer e de pensar a realidade. No artigo *Fora do texto, dentro da vida* (1989), ele demonstra a organicidade existente entre o pensar e o agir em Silvio Romero. O pensamento produzia ações e vice-versa. Ambos (pensamento e ação) pareciam assentados numa “complexidade perturbadora de uma sociedade marcada por certas desarmonias e discordâncias. Justamente por isso que (...) sua obra é uma imagem nervosa do país” (Candido 1989:103).

Nessa imagem nervosa do país, construída por Silvio Romero, estavam refletidos os (des)caminhos das mudanças pelas quais passava o país no final do século XIX e início do século XX: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a industrialização, a urbanização, a instalação da República e o seu controle por uma oligarquia que negava qualquer prática republicana, a emergência das contestações urbanas, os processos migratórios, etc.. As desarmonias e as discordâncias que vieram à tona em seu esforço de interpretação do Brasil revelaram



contradições que vão refletir nas influências tão distintas que Sílvio Romero acabou exercendo sobre outros pensadores.

“Não espanta (...) que tenha influído simultaneamente posições radicais em face da cultura brasileira, como a de Otávio Brandão, e posições conservadoras, como a de Oliveira Viana. Que tenha ajudado um homem como Mário de Andrade a definir a sua densa visão da cultura popular, e que tenha influído diretamente no modo de Gilberto Freyre conceber a gênese das classes dominantes” (Candido 1989:104).

Sílvio Romero, ao tecer uma das mais contundentes críticas à oligarquia, produziu um sólido conhecimento sobre a atuação política dos grupos preponderantes no início do século XX. Ao conjugar pensamento e ação, ele produzia uma das denúncias político-sociais mais expressivas de seu tempo, afirma Cândido. A reforma social e a reforma intelectual eram, para Romero, faces de uma mesma moeda onde a criação espiritual e a ação modificadora andavam juntas, passo a passo. Por isso, é possível tomar, no interior da obra de Antônio Cândido, as discussões sobre Sílvio Romero, dentre outros, para entender a relação orgânica que há, para o autor de *Parceiros do Rio Bonito*, entre pensamento e mudança social. São processos entranhados de modo ultracomplexo, visto que tanto as idéias quanto às ações potencializadoras das mudanças não são criações individuais, mas parte de um processo histórico que produz tanto as primeiras quanto as segundas. No que diz respeito às idéias ratifica-se o que afirma Mannheim: “os indivíduos não criam os padrões de pensamento segundo os quais concebem o mundo, mas os absorvem de seus grupos” (Mannheim 1981:105).

1.1. Idéias radicais, ações progressistas e mudança social

O artigo *Radicalismos*, de Antônio Cândido, põe em evidência a sua compreensão do papel do pensamento no processo de geração tanto de ações progressistas e revolucionárias quanto de ações conservadoras. Há um embate no âmbito das idéias e do pensamento que se reflete no modo de agir dos detentores de posição de poder. Ele dá destaque à importância do enfrentamento político no campo das idéias e destaca a necessidade de resgatar “os fermentos [mesmo que] ocasionais de radicalismos” na história brasileira. Isso possibilita trazer à tona os combates contra a tradição conservadora que tem sido vitoriosa ao longo dos séculos, no país.

A análise do pensamento é, em Antônio Cândido, reveladora do modo como as ações possuem uma relação orgânica com as idéias. Todos os embates são, ao mesmo tempo, de idéias e de práticas, sem que exista, porém, uma relação mecânica entre aquelas primeiras e os grupos sociais. Ou seja, há segmentos que possuem uma prática fundada numa tradição conservadora e, num dado momento, saem de seu seio alguns indivíduos que, em vista da especificidade histórica, produzem idéias dotadas de radicalidade. Este seria o caso de Joaquim Nabuco que, conquanto fosse membro de uma oligarquia, ter-se-ia empenhado numa luta política (o abolicionismo) que o levou ao questionamento das práticas conservadoras dos setores oligárquicos. Veja-se, por exemplo, a sua carta a André Rebouças, alguns anos após a Lei Áurea. Há nela um questionamento não só do conservadorismo, mas também do oportunismo político de alguns membros dos segmentos preponderantes e/ou médio que abraçaram, por interesses próprios, a causa da abolição.

“Com que gente andamos metidos! Hoje estou convencido de que não havia uma parcela de amor ao escravo, de desinteresse e de abnegação em três quartas partes dos que se diziam abolicionistas. Foi uma especulação a mais. A prova é que fizeram essa República e depois dela só advogam a causa dos bolsistas, dos ladrões da finança, piorando infinitamente a condição dos pobres. Onde estariam os protagonistas da nova cruzada? (...) Estávamos metidos com financeiros, e não com puritanos, com fâmulos de banqueiros falidos, necessários de agiotas etc.; tínhamos de tudo, menos sinceridade e amor pelo oprimido. A transformação do abolicionismo em republicanismismo bolsista é tão vergonhosa [quanto o] escravagismo” (Nabuco apud Rosa 2000:50).

Antônio Cândido nos ensina a não lançar um olhar panorâmico sobre as diversas formas de pensamento, uma vez que elas contêm singularidades que desafiam um olhar mais desatento. A relação entre as idéias e os grupos sociais não é mecânica nem expressa, necessariamente, aquilo que se espera, num primeiro momento, da correlação entre grupo social e formas de pensamento. Membros dos segmentos preponderantes (tais como Joaquim Nabuco



e Manoel Bomfim discutidos por Cândido) podem desenvolver idéias que sugerem e/ou mesmo levam a práticas que rompem com o conservadorismo. O processamento da vida política nacional no final do século XIX e início do século XX foi questionado por estes dois pensadores (os quais foram também deputados federais) que condenavam a obsessão por manter intacto um padrão de organização social e de domínio político.

Não há, porém, em Antônio Cândido a suposição de que as idéias radicais que emergem da ação política de alguns membros dos grupos preponderantes, no Brasil, criam um bloco monolítico de pensamento e de ação progressistas no interior de tais grupos. Não é disso que se trata, mas sim de traços, mais consistentes ou menos consistentes de radicalismos que podem “motivar formulações e medidas progressistas” (Candido 1990:6). Assim como há conservadorismos no seio dos segmentos trabalhadores pode haver também traço de radicalismos no interior dos setores preponderantes e médios. No entanto, como afirma Mannheim (1986), é preciso analisar as circunstâncias sociais que produzem tais formas de pensar e de agir no interior dos diversos grupos sociais. O exame do processamento da vida política é que oferece as melhores pistas para o desvendamento das atitudes, entendidas aqui como a disponibilidade de agir de modo progressista ou conservador, desenvolvidas pelos vários segmentos.

Os conflitos políticos no interior das classes preponderantes (veja-se, por exemplo, as posturas de Silvio Romero, Joaquim Nabuco, Manoel Bomfim, Euclides da Cunha) transpareciam nas soluções que eram propostas para os problemas políticos do país. As soluções eram, às vezes coerente, às vezes incoerente no que diz respeito à relação entre pensamento e grupo social. É possível, simplesmente, desqualificar o pensamento destes intérpretes do Brasil acima mencionados pelo fato deles fazerem parte dos segmentos preponderantes e/ou médios?

Em vários textos, tais como *O romantismo* (2002), *Fora do texto, dentro da vida* (1989), *Radicalismos* (1990), entre outros, Antônio Cândido diz que não. O radicalismo de alguns pensadores oriundos de tais estratos sociais sugeria modificações substanciais nos âmbitos políticos, educacionais, sociais, etc., como foi o caso de Manoel Bomfim. “Por isso, em certas conjunturas o radicalismo pode ser não apenas o caminho viável, mas conveniente. Conhecer as suas manifestações na história do Brasil é adquirir instrumentos que permitem a consciência clara do rumo que as transformações podem e devem tomar” (Candido 1990:7).

Pode-se, afirmar que Antônio Cândido oferece uma discussão de grande significado para o tema da mudança social no Brasil, ao trazer à tona a ocorrência de idéias radicais no Brasil. Num país marcado pelo conservadorismo político, que papel desempenharam as idéias dotadas de radicalidade transformadora? O de contrapeso, em primeiro lugar. Por isso “investigar os traços de pensamento radical é condição indispensável para o exercício adequado e eficiente das idéias de transformação social, inclusive as de corte revolucionário” (Candido 1990:4).

Ser contrapeso é ser também oposição a um projeto de mudança em curso. Em virtude das idéias conservadoras que se empenhavam em ter controle absoluto sobre toda mudança que se anunciava no final do século XIX, surgem idéias que expressavam um “modo progressista de reagir ao estímulo dos problemas sociais (exclusão, miserabilidade, desemprego, analfabetismo) prementes” (Candido 1990:4) naquele momento. Isso indica que as idéias e o pensamento revelam os múltiplos caminhos que poderiam ter sido seguidos e/ou bloqueados. Há sempre um embate entre as diversas formas de pensamento que expressam atitudes –entendidas nos moldes da escola de Chicago como uma disposição para agir de um modo específico– diversas diante de uma dada realidade.

“O conservadorismo é configuração estrutural objetiva, dinâmica e historicamente desenvolvida. As pessoas agem de modo conservador na medida em que (...) se comportam em termos de tal estrutura, simplesmente reproduzindo-a no total ou em parte, principalmente por adaptação. O pensamento conservador se apegava ao imediato, ao real, ao concreto. Um dos dados do reformismo conservador consiste na substituição de fatores individuais por outros fatores individuais. Daí a ênfase em torno de melhoramentos e de detalhes particulares. Ele aproxima-se das coisas a partir de seu passado temporal ou sua origem evolutiva. Justifica-se, assim, sua ênfase no concreto em contraposição ao abstrato. Se o progressista considera o presente como o começo do futuro, o conservador vê aquele primeiro como o último ponto alcançado pelo passado” (Mannheim 1981:111-112).



O pensamento progressista –o qual deve ser definido de acordo com os termos propostos por Karl Mannheim, ou seja, como uma atitude assentada na disponibilidade de aceitar a imprevisibilidade– de Joaquim Nabuco, de Manoel Bomfim e de Sérgio Buarque de Holanda teria sido dotado de radicalidade porquanto rompiam com as soluções conservadoras em voga em seu tempo. Joaquim Nabuco, por exemplo, contribuiu, no final do século XIX, juntamente com outros representantes do movimento abolicionista (José do Patrocínio, por exemplo) com a expansão de uma consciência centrada na necessidade de eliminar a instituição da escravidão.

Conforme afirma Cândido, ele tornou-se “um agente do possível mais avançado” (Candido 1990:5), o que ficou patente em sua postura a favor de uma abolição imediata sem qualquer indenização. A discussão em torno desta última arrastava-se de modo interminável ao longo de décadas e acabou-se constituindo uma forma de “desculpa dos oligarcas” (Candido 1990:5) para evitar que a abolição ocorresse. Manoel Bomfim (1993) afirmava que tais grupos que tinham sido, durante vários séculos, parasitas dos escravos mostravam-se obstinados em parasitar o Estado através das altas somas indenizatórias que exigiam.

Joaquim Nabuco advogava que após a proibição do tráfico, em 1831, a maioria dos escravos era propriedade ilegal. Ou seja, tanto aqueles que nasceram no cativeiro quanto aqueles que produziam mais do que o proprietário havia investido em neles, estavam dentro desta condição de ilegalidade (Candido 1990:8). Suas idéias eram dotadas de radicalismos porque questionavam um dos pilares da sociedade vigente: a propriedade de escravos. A abolição sem indenização preconizada por ele assentava sobre este argumento.

O ponto mais relevante a ser destacado, em vista dos argumentos apresentados por Antônio Cândido no texto *Radicalismos*, é que o encontro entre o radicalismo reformista de Nabuco com as idéias abolicionistas de Luís Gama e José do Patrocínio, que advogavam a necessidade de ações mais incisivas de enfrentamentos para que o próprio escravo pudesse agir também mais contundentemente no processo abolicionista, teria fortificado a postura de Nabuco durante o decênio de sua militância. Nesse momento ele afirmava “a abolição seria apenas o começo de uma grande reforma social, porque deveria criar condições para o escravo se tornar cidadão pleno, a fim de que a sociedade mestiça e pluriracial assumisse sua realidade. Só o povo, assim concebido e atuando na sua totalidade, livre da tirania das classes dominantes, poderia realizar o nosso destino histórico. (...) Portanto, Nabuco foi um radical temporário, no decênio da militância abolicionista. Esta lhe abriu os olhos e o fez conceber de maneira mais ampla e democrática o conceito de povo, que deve a ele o primeiro enfoque realmente moderno e avançado do Brasil” (Candido 1990:8).

Enquanto Nabuco foi um radical temporário, Manoel Bomfim foi um radical permanente. Seus escritos e suas ações políticas apontavam, nas primeiras décadas do século XX, a defesa da confluência, diz Cândido, entre o pensar e o agir. As obras de Bomfim elucidavam os caminhos e os descaminhos das mudanças sociais (urbanização, industrialização, passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, aceleração do processo migratório, instauração da República, entre outras) em curso, no país, naquele momento.

Os motivos políticos progressistas orientadores das idéias de Bomfim são suficientes para a compreensão de seu radicalismo e de sua contribuição para a problemática da mudança social no Brasil, segundo Antônio Cândido. O Brasil vivia, no início do século, o momento em que Bomfim escreveu o livro *A América Latina: males de origem*, inúmeras modificações não somente internas, mas também no plano da política internacional em razão do início da expansão do domínio norte-americano sobre o continente, o qual, até então, havia estado mais sob o domínio europeu.

É por isso que as reflexões de Manoel Bomfim vão estar centradas, assim como as de Euclides da Cunha e Sílvio Romero, na necessidade de fortalecimento da soberania nacional. Essa mudança na conjuntura internacional vai incitar alguns intérpretes do país a se dedicar ferreamente ao debate sobre as dificuldades internas e externas de enfrentamento, no plano político, econômico e cultural, das imposições vindas de fora, que tendiam a pesar mais e mais sobre a nação brasileira.



Manoel Bomfim entrou neste debate acerca do imperialismo norte-americano que se delineava no horizonte político, dando relevo à idéia de parasitismo. A seu ver, a América Latina tinha sido parasitada, explorada, destruída pelo modo como os dirigentes europeus agiram no continente. O modo como se processaram internamente a organização social e o padrão de domínio teria sido o fermento para a propagação do parasitismo europeu sobre os povos latino-americanos. Ele procurava destacar não só o domínio externo, mas também o interno, pois era na dinâmica destes dois domínios que se eternizava a lógica de exploração e de opressão sedimentada há séculos no continente. Bomfim destacava que havia um “paradoxo cruel [que] mostra a extensão do parasitismo exercido pelas classes expoliadoras. Portanto, a base real das nossas sociedades é a exploração econômica de tipo ferozmente parasitário, e seus efeitos atuam sobre toda a vida social, gerando uma estrutura que comporta essencialmente três categorias: os escravos, os que viviam à custa do trabalho destes e a massa amorfa, freqüentemente desocupada entre ambos. Portanto, um estado negativo de coisas, uma sociedade muito imperfeita. Politicamente, o estado colonial se torna o inimigo, o espoliador, que só inspira ódio e desconfiança. Socialmente, forma-se uma população heterogênea e instável, quase dividida em castas, opondo-se abruptamente a classe privilegiada, de origem européia, às populações quase sempre mestiças (...) se nivelava com o escravo. (...) A situação descrita se torna uma tradição, forma um passado, que plasma o presente como herança funesta, porque implanta automatismos, hábitos, modos de ser dos quais não temos consciência, mas segundo os quais agimos” (Candido 1990:13).

Ao problematizar todas essas questões, Manoel Bomfim construía um pensamento crítico sobre as impossibilidades de mudanças substanciais no Brasil. Ao trazer à tona os vícios políticos, econômicos e sociais, ele não só contribuía para o desvendamento dos percalços que assolavam o país como também lançava luzes sobre os desafios que recaíam sobre os segmentos comprometidos com a construção de uma nação mais democrática e igualitária. Suas idéias visavam chamar a atenção tanto para a necessidade de barrar o crescente imperialismo que se delineava no horizonte quanto para a urgência do estabelecimento de uma luta política titânica, no plano interno, para vencer os vícios favorecedores do conservantismo, da mentalidade espoliadora, da apropriação privada do Estado e da desvalorização do trabalhador, de modo geral.

2. Idéias, pensamentos e tensões indicadores de mudanças em curso entre as décadas de 1920 e 1940

A reflexão sobre este momento histórico exige, antes de mais nada, o esclarecimento do que foi o movimento modernista no Brasil, o qual ganhou forma a partir da Semana de Arte Moderna ocorrida entre 13 e 18 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo. Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Anita Malfatti e Menotti Del Picchia conseguiram capitanear apoio de muitos intelectuais e artistas para as suas perspectivas sociais, políticas, culturais, étnicas e estéticas. Foi ele um movimento voltado para a criação de uma nova estética e de uma nova linguagem. Segundo Antônio Cândido (2000), o modernismo foi um movimento de idéias e não somente das letras que modificou profundamente a arte e o pensamento.

“O nosso modernismo importa, essencialmente, em sua fase heróica, na libertação de uma série de recalques históricos, sociais, étnicos, que são trazidos triunfalmente à tona da consciência literária. Esse sentimento de triunfo, que assinala o fim da posição de inferioridade no diálogo secular com Portugal e já nem o leva mais em conta, define a originalidade própria do modernismo na dialética do geral e do particular” (Candido 2000:110).

O movimento modernista no Brasil questionava tanto a suposta inferioridade do povo brasileiro, assentada no seu caráter mestiço, quanto a suposta superioridade do europeu, assentada numa civilidade que se opunha ao primitivismo. “O modernismo rompe com este estado de coisas. As nossas deficiências, supostas ou reais, são reinterpretadas como superioridades” (Candido 2000:110).

A proposta de uma releitura de nossas deficiências como uma forma de desrecale localista continha, contudo, influências européias. O dadaísmo, o futurismo, o surrealismo e o expressionismo, movimentos europeus, encontravam-se presentes, de modo muito singular, nesse exercício de busca de uma autenticidade plena de contrastes e irregularidades.



A primeira fase do modernismo, no Brasil, deu-se entre 1922 e 1930 e a segunda entre 1930 e 1945. Não se deve esquecer que o nacionalismo estético defendido por integrantes do modernismo caminhou juntamente com a expansão de um nacionalismo político que acabou identificando-se com o integralismo e com o fascismo. Dois movimentos culturais que se desdobram de dentro do modernismo, tais como o Verdeamarelismo e a Anta, podem ser citados como exemplos desse nacionalismo político que tinha como representantes Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado.

Não existiam somente estes dois movimentos que se derivavam de dentro do modernismo. Havia também outros dois: o Pau-Brasil que objetivava a criação de linguagem revisora de nosso passado através do enaltecimento das singularidades culturais e a Antropofagia que argumentava que o reforço da identidade cultural brasileira se dava no processo de refutação e de apoderamento da cultura do colonizador europeu. A singularidade cultural do país brotaria, exatamente, dessa dinâmica.

A segunda fase do movimento modernista no Brasil, ocorrida entre 1930 e 1945, foi marcada por uma arte engajada politicamente, a qual tinha como meta pensar, indicar, sugerir possibilidades de transmutação da vida social. Ao focar a seca, o migrante, a miserabilidade, entre outros temas, construía-se, muitas vezes, uma abordagem densa sobre a vida social brasileira e suas (im)possibilidades de mudança. Vide os escritos de Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz e José Linz do Rego.

Antônio Cândido concebe o pensamento, a vida intelectual e/ou espiritual, como dotados de capacidade vitalizadora de inúmeras modificações sociopolíticas e culturais. Todavia, há alguns movimentos, tais como o romantismo (1836-1870) e o modernismo (1922-1945) que se destacaram nessa fertilização de inúmeros campos das ciências e das artes, de modo geral. Esses dois processos literários foram capazes de problematizar questões atinentes à colonização, à exclusão social e política, à identidade nacional, às particularidades do meio, da raça e da história do país, aos padrões europeus de criação cultural, estética e científica, à negação dos valores portugueses e à superação do menosprezo pelo colonizador. Obviamente, nem todas essas questões apareciam nos dois movimentos. De alguns, se ocupavam somente os românticos. Veja-se, por exemplo, a obsessiva negação dos valores portugueses por estes últimos.

O que tornou esses dois movimentos de grande significado foi justamente a forma potente de enfrentar a dialética do local e do cosmopolita, diz Antônio Cândido. Todavia, o elemento essencial que os diversos movimentos literários –romantismo (9), naturalismo (10), regionalismo (11), parnasianismo (12), modernismo (13), simbolismo (14)– indicam é a preocupação maior, menor ou inexistente com os caminhos que o país poderia ou deveria seguir para construir um projeto de nação capaz de apontar para uma renovação da vida social e política. Veja-se, por exemplo, o romantismo e sua tentativa, através das letras, de indicar caminhos para as mudanças que se faziam necessárias na segunda metade do século XIX. Era nítida a preocupação social com o índio e com o negro num contexto de enormes exclusões profundamente sedimentadas no país. O caso do parnasianismo seria diferente, visto que não impulsionou, como fez o naturalismo, o desenvolvimento de uma análise de caráter social.

Em *Literatura e sociedade*, Antônio Cândido sugere que dos movimentos literários podem brotar sugestões para a criação de ideologias políticas, sejam elas de esquerda e/ou de direitas. Há, então, uma necessidade de distinguir como as idéias, o pensamento, de um dado momento, são influenciados ou não por eles. E também como tais movimentos trazem implicitamente propostas de mudança, de ações para os diversos campos da vida social. Isso porque o modernismo, por exemplo, não era apenas um movimento das letras, era ele um movimento de idéias, diz Antônio Cândido.

Todo movimento de idéias ao trazer, de modo implícito e/ou explícito, embates acerca dos valores, da política, da organização social, etc., acaba sendo confrontado por outros movimentos de idéias que trazem à tona formas de resistência, de rejeição, de recusa às pressuposições questionadoras do padrão de organização social e cultural vigente. Como contrapeso às idéias mais radicais do modernismo, diz Cândido, havia uma tendência espiritualista



lírica na literatura, representada no grupo das revistas *Terra de Sol e Festa*, que ajudou a formular idéias presentes no arcabouço ideológico de movimentos de direita, como foi o caso do integralismo (Candido 2000:108).

2.1. A dialética do geral e do particular: a originalidade do modernismo

Enquanto movimento de idéias, o Modernismo foi sem dúvida redefinidor do modo de interpretar o país. Pode-se dizer que o próprio avanço das ciências sociais e humanas no Brasil, a partir da década de 1930, tem uma dívida enorme, nem sempre mencionada, com as idéias suscitadas pelo embate oriundo desse olhar que pretendia alcançar, através de uma nova perspectiva, os contrastes e as autenticidades da vida social brasileira (15).

Autores completamente distintos das ciências sociais –ao trabalharem inúmeras temáticas (por exemplo: o índio, o negro, a cultura, a identidade, a exclusão, a desigualdade, os contrastes sociais, as manifestações culturais, a etnicidade, a mestiçagem)– tiveram, na base de suas reflexões, diálogos, admitidos ou não, deste movimento de idéias intitulado modernismo. Há uma dívida, com este último, muito maior, nas ciências sociais, do que se admite. Somente a título de exemplo, pode-se mencionar Guerreiro Ramos (1995). Ainda que tenha tido, no final da vida, uma impressão negativa do modernismo, ele reconheceu como positivas as idéias deste último e, até mesmo, se pautou em algumas de suas premissas básicas. Basta ver, por exemplo, a discussão, no que tange à condição do negro, sobre desrecalcamento empreendida por Guerreiro Ramos. Ele apresenta uma dívida com a discussão de Mário de Andrade sobre a necessidade de florescimento de um desrecalque localista pautado não no patriotismo ornamental (tal como o de Olavo Bilac), mas, sim, na exaltação das singularidades culturais brasileiras. Além de abrir caminhos novos para visualizar o país, houve, também, de algum modo, influência intelectual dos modernistas sobre os cientistas sociais dos anos posteriores.

Todavia, Antônio Cândido tem uma posição bastante singular, já que admite que os modernistas abriram caminhos por onde fluíram pistas para interpretar o país e suas mazelas sociais, mas não considera que aqueles tenham tido grandes influências intelectuais sobre as gerações subseqüentes de estudiosos do país. Ele diz: “Para a gente de 20, criticar significava derrubar a fim de preparar a base para uma nova forma de arte. De qualquer modo, porém, abriram caminho para o estudo de muitos problemas brasileiros e colocaram a necessidade do trabalho que hoje fazemos. Sob este aspecto, somos os seus continuadores. Mas, veja bem, ‘pouca influência exerceram intelectualmente sobre nós’, pelo fato, mesmo, de serem sobretudo artistas. Você quase não encontrará influência de Oswald, ou de Mário, ou de Menotti ou de Guilherme de Almeida. Encontrará, conforme o caso, muito amor pela obra deles: muito entusiasmo pela sua ação. E mais nada. A sua influência foi toda indireta e mínima. Somos seus continuadores por uma questão de inevitável continuidade histórica e cultural” (Candido 2002:243).

A pouca influência intelectual exercida pelos modernistas –sobre as gerações seguintes de sociólogos, historiadores e antropólogos– era detectada, segundo Cândido, no tipo de crítica que estes dois grupos faziam. Enquanto os primeiros exerciam uma crítica demolidora e, ao mesmo tempo, construtora, os segundos faziam críticas mais analíticas e funcionais. Pergunta-se o seguinte: pode uma abordagem analítica, ao trabalhar com os elementos em inter-relação, possuir também essa característica demolidora e construtora? Acredita-se que sim, residindo aí a difícil separação, destacada por Antônio Cândido, entre a influência detectável no modo de pensar os problemas brasileiros e a quase nenhuma influência intelectual.

Há, às vezes, nos escritos de Antônio Cândido, uma dificuldade de sustentar essa possível não-influência intelectual. O que era o impulso vigoroso que ele detectava nas gerações posteriores ao modernismo, senão uma influência intelectual expressiva? Basta ver as suas afirmações, num artigo publicado na *Folha da manhã*, em 1944, onde ele diz: “Tenho o palpite que, daqui a uns dez anos, quando o terreno semeado pela poeira dos ensaios e artigos se puser a frutificar nos livros e nos estudos alentados, muitos dos nossos problemas mais agudos serão aclarados por pontos de vistas justos. Isto, em literatura, arte, sociologia, história e política. O movimento começou em 22, e na década seguinte produziu homens como Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Álvaro Lins. Nesta década de quarenta, amola-se muita arma e forja-se muito escudo. Sinal de que os tempos estão próximos, e que a crítica poderá, brevemente, passar à construção, iniciada por eles” (Candido 2002:256).



As singularidades –como povo, cultura, forma de exprimir, sentir, experimentar e vivenciar as coisas– estavam assentadas numa autenticidade alimentadora de contrastes que expressavam um tipo específico de leitura do mundo e também um tipo próprio de agir sobre ele. Antônio Cândido menciona o verso “Cria o teu ritmo livremente” de Ronald de Carvalho como exemplo de um dado estado de espírito vigente naquele momento. Pode-se dizer que este verso contém uma sugestão que vai estar na base das reflexões sobre mudança social no Brasil. Ou seja, a de que o país deveria procurar um ritmo próprio assentado em suas singularidades. Gilberto Freyre, por exemplo, no livro *O Brasileiro entre os outros hispanos* (1975), vai defender a idéia de que o nosso ritmo era totalmente diferente do ritmo dos povos cronométricos (anglo-saxões) porque havia aqui uma noção distinta do próprio tempo. Ele também defendia a necessidade de que as mudanças se processassem num ritmo livre de uma concepção de tempo que não era nossa. Criar um ritmo livre articulava-se, em Freyre, ao fato da idéia de futuro se assentar num “vago dia seguinte ou num indefinido amanhã” (Freyre 1975:11).

Pode-se dizer que a busca da essência do país, a qual estava nos sentimentos ocultos dos diversos grupos formadores da nação e nos valores culturais impulsionadores e contedores das mudanças, constituiu-se o pano de fundo dos embates políticos dentro do movimento modernista e fora dele. Veja-se, por exemplo, o *Manifesto regionalista, a seu modo modernista do Recife* (1976), de Gilberto Freyre. Havia um corpo de tensão que se irradiava tanto de dentro para fora quanto de fora para dentro do movimento. Tais tensões revelavam, entre outras coisas, as diversas correntes estéticas e políticas que constituíam aquele processo denominado de modernismo. Em uma das correntes encontravam-se Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado. Em uma outra estavam Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Raul Bopp. Havia orientações políticas distintas que se irradiavam de tais linhas de idéias que se iam delineando e marcando, expressivamente, a vida nacional.

“No terreno propriamente das idéias, sociais e políticas, o catolicismo de Tristão de Ataíde (Alceu Amoroso Lima) se afirma como oposição a certas posições ideológicas do modernismo, no sentido amplo, porque nelas via perigo de dissolver a tradição religiosa e moral do país. Mais extremado na resistência à transformação dos valores surge, à imitação do fascismo, o integralismo de Plínio Salgado, logo avolumado em poderosa organização partidária. Ele representou, de certo modo, a exacerbação de um aspecto do localismo modernista: o nacionalismo, transferido para o terreno da política” (Candido 2001:115).

A adesão aos elementos recalcados de nossa civilização, tais como o negro, o índio, o mestiço, o imigrante, a malandrice, a esperteza ingênua, etc.. potencializou a corrente de maior expressividade dentro do movimento modernista: aquela liderada por Mário de Andrade e Oswald de Andrade (16). Esta linha de idéias foi a mais bem sucedida porque alcançou um equilíbrio original, diz Cândido, entre a dialética do geral e do particular (17). Esta originalidade deve ser lida à luz da seguinte questão: “Na nossa cultura há uma ambigüidade fundamental: a de sermos um povo latino, de herança cultural européia, mas etnicamente mestiço, situado no trópico, influenciado por culturas primitivas, ameríndias e africanas. Esta ambigüidade deu sempre às afirmações particularistas um tom de constrangimento, que geralmente se resolvia pela idealização. Assim, o índio era europeizado nas virtudes e costumes (processo tanto mais fácil quanto desde o século XVIII os nossos centros intelectuais não o conheciam mais diretamente); a mestiçagem era ignorada; a paisagem, amaneirada. No período 1900-1920, vimos que o caboclo passou por um processo de idealização; no plano sociológico, Oliveira Viana elabora a partir de 1917 a sua (...) teoria das elites rurais, arianas e fidalgas, como foco de energia nacional. O modernismo rompe com este estado de coisas. As nossas deficiências, supostas ou reais, são reinterpretadas como superioridades. A filosofia cósmica e superficial, que alguns adotaram em certo momento nas pegadas de Graça Aranha, atribui um significado construtivo, heróico, ao cadinho de raças e culturas localizado numa natureza áspera. Não se precisaria mais dizer e escrever, como no tempo de Bilac ou do Conde Afonso Celso, que tudo é aqui belo e risonho: acentua-se a rudeza, os perigos, os obstáculos da natureza tropical. O mulato e o negro são definitivamente incorporados como temas de estudo, inspiração, exemplo. O primitivo é agora fonte de beleza e não mais empecilho à elaboração da cultura. Isso, na literatura, na pintura, na música, nas ciências do homem” (Candido 2002:110).

O modernismo foi um movimento de idéias, de pensamento, que teve, então, o mérito, além de artístico e estético, de trazer à tona elementos questionadores de algumas vertentes do conservadorismo autoritário que exaltavam a



incapacidade do brasileiro em geral para a produção de mudanças sociais e políticas. Refletir sobre o ambiente intelectual da época (década de 1910 e 1920) acaba sendo a melhor maneira de compreender como se processava o recalçamento de um sentimento de inferioridade e de incapacidade assentadas numa suposta rudeza, num suposto primitivismo do brasileiro, quase que geral, já que este se distinguia de suas elites a quem o conservadorismo de Oliveira Viana, de Alberto Torres, atribuía uma dada superioridade.

A crítica estética trazida pelo modernismo (18) trazia à tona uma outra compreensão dos segmentos populares, ou seja, distinta da percepção elitista que concebia estes últimos como inferiores, como incapazes, como dotados de uma cultura áspera e rude que deveria ser controlada, combatida ou até mesmo extirpada. Em *Populações meridionais do Brasil*, Oliveira Viana (1982) dava destaque ao mestiçamento como fonte de inferioridade e anarquia moral que impossibilitava qualquer disciplina e/ou atitude ordenada e voltada para a não-brutalidade. A obra *Macunaíma* (1996), de Mário de Andrade (19), pode ser tomada como uma anti-interpretação de Oliveira Viana, posto que nela há uma tentativa de exorcizar os recalques localistas que davam uma tônica singular à condição identitária brasileira. O próprio projeto modernista era também um projeto ideológico (Lafetá 2000). Pode-se dizer que era um projeto ideológico em combate a outros projetos ideológicos. Todavia, possuir um caráter ideológico não quer dizer que havia um desvirtuamento de seus objetivos, de seus motivos, de suas intenções.

“Na verdade o projeto o projeto estético, que é a crítica da velha linguagem pela confrontação com uma nova linguagem, já contém em si o seu projeto ideológico. O ataque às maneiras de dizer se identifica ao ataque às maneiras de ver (ser, conhecer) de uma época; se é na (e pela) linguagem que os homens externam sua visão de mundo (justificando, explicitando, desvelando, simbolizando ou encobrendo suas relações reais com a natureza e a sociedade), investir contra o falar de um tempo será investir contra o ser desse tempo” (Lafetá In Candido 2000:2).

O modernismo como projeto ideológico confrontava-se com outros projetos ideológicos em voga naquele momento. E talvez o maior enfrentamento se dava com as diversas linhas do pensamento conservador. Este embate dava-se não somente com aqueles indivíduos que se opunham ao projeto modernista, mas também entre os próprios representantes deste último. Lafetá cita o caso de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde) que, não obstante adepto do movimento modernista, tinha posições ambíguas e, muitas vezes contraditórias, entre os valores ferrenhamente católicos, de direita, e os valores voltados para o combate da tradição conservadora e autoritária no país. Havia, então, embates ideológicos que recortavam o próprio movimento e dava-lhe uma feição singularizada. Ou seja, não havia somente contestadores da ordem social, havia também aqueles que a defendia através do rechaçamento de qualquer mudança substantiva que pudesse revolucionar o que estava estabelecido (Candido 2000a:2).

O papel expressivo de Mário de Andrade, neste movimento de idéias, deve-se ao fato dele escancarar que o projeto estético era também um projeto ideológico. Sua obra produzia, assim, uma enorme tensão assentada na busca tanto de uma linguagem nova quanto de meios de participar na vida social. Isso a um só tempo, num mesmo processo, mas sem deixar perder uma dada visão estética. “Mário de Andrade foi um intelectual simpatizante da esquerda que soube manter a integridade da visão estética numa obra marcada pela participação ideológica” (Candido 2000a:2).

Essa constatação de Antônio Cândido deve ser lida no registro de um debate sobre ideologia desenvolvido, nas ciências sociais, nas décadas de 1920 e 1930. Karl Mannheim, segundo Norbert Elias, teria sido o expoente mais importante desta discussão ao trabalhar minuciosamente o fato de que todo pensamento está, necessariamente, ligado a interesses. Mannheim postulava “no fundo (...) todas as idéias – quer dizer, todo pensamento, para utilizar a linguagem que ainda era de Marx -, inclusive as idéias de Marx, e portanto suas próprias idéias, deviam ser consideradas em referência ao ser, como a expressão de uma ‘posição’ nas lutas sociais que limitava a visão das coisas. Isso significava que destronava-se a autonomia do ‘espírito’, que desmascarava-se totalmente as idéias, como expressão de uma parcialidade ligada a uma posição determinada” (Elias 2001:120).



A compreensão de Antônio Cândido de que as idéias são elementos constitutivos da vida social possibilita compreender porque, a seu ver, a obra de Mário de Andrade, mesmo veiculando uma ideologia, foi capaz de manter a integridade de uma visão estética. A perspectiva ideológica não teria desvirtuado seu trabalho. Suas idéias indicavam que ele guardava uma certa autonomia no processo de produção, mas essas idéias não flutuavam livre de compromissos políticos e de grupos. Isso contradiz “uma longa tradição [que] supunha as idéias do indivíduo como produções totalmente autônomas e, por conseguinte, como produções flutuando livremente” (Elias 2001:119).

Ao expor que o projeto estético do modernismo era também um projeto ideológico, ele não queria dizer que havia uma única perspectiva ideológica no interior do movimento. Ao dizer que Mário de Andrade tinha uma produção estética e ideológica ao mesmo tempo, Antônio Cândido assinalava que não estava tomando o conceito de ideologia como “representação de uma falsificação determinada por certos interesses” (Elias 2001:120).

Havia claros interesses expressos no interior do movimento. No caso de Mário de Andrade, ficava patente a defesa da educação política, da reforma social, da transmutação de costumes e de mentalidades viciadas politicamente em práticas oligárquicas, etc. (20). A defesa de tais elementos o aproximava de grupos políticos que possuíam interesses de provocar mudanças sociais substantivas. Isso não queria dizer, no entanto, que este expoente teórico do modernismo estava interessado em forjar constatações socioculturais e políticas que apontassem, de maneira forçada, para potencialidades de mudanças inexistentes. Quando exaltava, através de alguns personagens –veja-se o caso de Macunaíma– as características dos brasileiros como completamente distintas das características de um operário conscientemente capaz de calcular os seus interesses políticos em contraposição aos interesses de seus opressores, ele estava mostrando que não adiantava falsificar uma dada realidade para tentar fazer emergir aqui uma luta de classes nos moldes europeus.

Os processos de mudança social teriam de ser aventados em vista das características específicas do ser social brasileiro. Mário de Andrade, ao produzir *Macunaíma*, estava questionando o seguinte: Quais eram os caminhos que o país tendia a seguir nos anos subseqüentes? Quais mudanças seriam os brasileiros capazes de produzir? A identidade cultural do brasileiro, seu desprezo por fórmulas racionais e européias de mudança, seu desapego a modelos prontos de transmutação, sua percepção distinta de tempo e de futuro, sua índole destituída de ódio aos outros povos, seu espírito cordato, mas irreverente, enfim, toda a sua subjetividade teria de ser levada em conta para que fossem pensadas as possibilidades de mudanças sociais no Brasil. As condições humanas e sociais do brasileiro trazidas à tona por Mário de Andrade (Candido 2002:48) ofereciam as pistas para a compreensão do país e de seus (des)caminhos.

3. Últimas considerações

A análise do movimento modernista, enquanto um movimento de idéias, traz à tona a importância destas últimas para compreender os processos de mudanças em curso ao longo de um determinado processo histórico. Mas é ele também fundamental por lançar luzes sobre possibilidades de mudanças que foram sendo abortadas ao longo de várias décadas. Um movimento de idéias (não só o modernismo) tem o mérito de pôr em relevo projetos viáveis e inviáveis de modificações sociais. Tem também a capacidade de “criar condições para aproveitar e desenvolver [algumas] intuições” (Candido 2000:113). As de Sílvio Romero e as de Euclides da Cunha encontraram, diz Cândido, um terreno propício, para florescer com os caminhos abertos pelo modernismo. A tendência antioligárquica de Sílvio Romero, na primeira década do século XX, coincidia com a postura antioligárquica de Mário de Andrade, na década de 1930.

Enquanto um movimento de idéias que se irradiava por diversas esferas da vida social (política, econômica, cultural), o modernismo exercia vasta influência nos escritos ficcionais que tematizavam, na década de 1930, a decadência da aristocracia rural, a emergência do proletariado, o êxodo rural, o cangaço, os problemas sociais, a seca, o autoritarismo político, entre outros (21). Antônio Cândido diz que o romance “aparece como instrumento



de pesquisa humana e social” (Candido 2000:114). Nessa mesma esteira, florescem os ensaios sociológicos de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior.

As interpretações do país dos anos 30s e 40s do século passado foram formando um corpo de reflexões sobre o Brasil que se desdobraram nos anos posteriores e mantiveram, assumidamente ou não, suas dívidas com as pistas abertas pelo pensamento e pelas idéias trazidas à baila por este movimento. Em vista das afirmações feitas por Cândido, pode-se afirmar que as reflexões de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda (22), Josué de Castro, Celso Furtado, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Fernando de Azevedo, entre outros, também se situavam nesta ampla esteira aberta por este movimento de idéias e de pensamento, denominado modernista, que ganhava força a partir da década de 1920.

“A força do modernismo reside na largueza com que se propôs a encarar a nova situação, facilitando o desenvolvimento até então embrionário da sociologia, da história social, da etnografia, do folclore, da teoria educacional, da teoria política. Não é preciso lembrar a sincronia dos acontecimentos literários, políticos, educacionais, artísticos, para sugerir o poderoso impacto que os anos de 1920-1935 representam na sociedade e na ideologia do passado” (Candido 2001:122).

Não se deve supor que houvesse consensos entre aquilo que as diversas correntes do modernismo sugeriam no que tange à interpretação do país e essas inúmeras obras e autores acima citados. Não se trata disso, de modo algum. Trata-se, principalmente, do fato de que este movimento abriu inúmeras veredas por onde fluíram, de diversas maneiras, tendências que se ocupavam tanto da educação política quanto da reforma social. Objetivos somente atingidos, no entender dos principais teóricos do modernismo (Mário de Andrade, por exemplo), caso houvesse um amplo conhecimento do país. A sociologia brasileira, o pensamento social e a teoria social brasileira ganharam enorme força em razão destas tendências voltadas para a transformação dos problemas sociais em problemas sociológicos. O próprio debate acerca do caráter pragmático ou não das ciências sociais, na década de 1950, dialogava com esse desafio acerca da reforma social. Basta atentar-se para as falas, textos e intervenções de Guerreiro Ramos sobre a necessidade de desenvolvimento de uma ciência social tanto pautada nas singularidades nacionais quanto voltada para a formulação de propostas de intervenção nos processos de reforma social que se faziam necessários naquele momento.

Segundo Vinícius Dantas, a própria defesa, feita por Antônio Cândido para a geração intelectual da década de 1940, de um engajamento crítico visando combater todo e qualquer pensamento reacionário, reforçava as discussões de Mário de Andrade sobre a necessária emergência de uma consciência técnica capaz de elaborar “formas novas de intervenção social, que devolvessem a inteligência ou a ciência aos interesses gerais da sociedade” (Dantas 2002:229).

Enfim, pode-se dizer que o modernismo lançou as bases para formas de pensar e de agir que se abriram em diversas correntes, linhas e perspectivas. Ele ajudou a colocar em pauta os debates que se desdobraram nas décadas subseqüentes sobre a participação democrática e o papel do intelectual e das idéias no processo de geração de mudanças sociais. Este debate foi enlarguando nas décadas de 1940 e de 1950, à medida que o processo de urbanização e de industrialização foi impondo novos desafios tanto às práticas quanto às idéias. No âmbito das ciências sociais ganhavam relevo os debates sobre desenvolvimento institucional, expansão dos grupos de pressão, combate à oligarquização do Estado e da vida política em geral, criação de bases para um desenvolvimento econômico assentado em um projeto de nação a ser elaborado e sustentado nos anos vindouros, expansão dos mecanismos de ação política entre os diversos setores sociais, entre outros.

Notas

(1) Antônio Cândido de Melo e Souza será citado somente como Antônio Candido, já que assim aparece na catalogação na fonte do departamento Nacional do Livro (Fundação Biblioteca Nacional, RJ, Brasil). Todas as suas obras são referidas desta maneira. Tornando um consenso a utilização de seus dois primeiros nomes em livros, citações, entrevistas, artigos, anais, bibliografias, teses e dissertações.



- (2) Antônio Cândido (1918-) produziu, ao longo de seis décadas, inúmeros estudos sobre a vida social, política e cultural brasileira. Professor aposentado de teoria literária da Universidade de São Paulo, publicou diversos livros e artigos, no Brasil e no exterior. É, hoje, um dos mais importantes intérpretes do país com contribuições na área de sociologia, teoria literária, antropologia e política brasileira.
- (3) São muitas as análises sobre o pensamento e a ação política de Antônio Cândido. Entre elas, ver: Aguiar 1999, D'Incao e Scaraboilo 1992, Chacon 1977, Correa et al 1982, Ferreira 2000, Fernandes 1977, Hecker 1998, Konder 1991, Peirano 1991, 1991a.
- (4) Josué de Castro foi um dos principais estudiosos da fome no Brasil e no mundo. Ele produziu diversas obras de impacto sobre o tema (2001, 1968, 1961, 1935).
- (5) Silvio Romero foi “reformador no campo da cultura, ao lado de alguns contemporâneos e companheiros que tinham dado alarma contra a rotina mental do País, inclusive procurando atenuar a influência francesa dominante por meio da cultura alemã. (...) Querendo abranger toda a vida cultural, aborda com incrível severidade a política, numa série de artigos sobre as suas figuras mais em vista, reunindo-os depois nos Ensaio de crítica parlamentar” (Candido 1989:105-106).
- (6) No livro *Literatura e sociedade*, Antônio Cândido discute as obras que tentaram dar maior peso à consciência local e regional. José de Alencar, Bernardo Guimarães e Taunay estariam entre elas. Eram tentativas de “encarar com os olhos europeus as nossas realidades mais típicas” (Candido 2000:104). Euclides da Cunha que contribuiu com esse movimento de exaltação do local, do regional teria redefinido as bases de uma interpretação do sertanejo de modo não-exótico, não-pitoresco.
- (7) “Os sertões assinalam um fim e um começo: o fim do imperialismo literário, o começo da análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira (no caso, as contradições contidas na diferença de cultura entre as regiões litorâneas e o interior)” (Candido 2001:122).
- (8) Antônio Cândido afirma que, ao tentar desfazer a cortina de fumaça retórica e ideológica para mostrar o país de fato, Romero se assemelhava a Euclides da Cunha, a Manoel Bomfim e a Lima Barreto (Candido 1989:121).
- (9) Entre os românticos estavam Antônio Gonçalves Dias, Cassimiro de Abreu, Antônio Gonçalves Teixeira e Souza e Joaquim Manoel de Macedo.
- (10) Entre os escritores denominados de naturalistas estavam: Aluísio de Azevedo, Adolfo Caminha, Emanuel Guimarães e Xavier Marques.
- (11) José de Alencar, Bernardo Guimarães, Franklin Távora e Taunay estavam entre os regionalistas.
- (12) Entre os parnasianos estavam: Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Raimundo Corrêa e Vicente de Carvalho.
- (13) Integravam o movimento modernista escritores diversos, tais como: Manoel Bandeira, Guilherme de Almeida, Ronald de Carvalho, Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Sérgio Millet, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.
- (14) Cruz e Souza e Alphonsus de Guimarães.
- (15) Essa autenticidade não significava dar as costas inteiramente às fontes estrangeiras. Significava sim utilizar tais fontes, mas “sem a fascinação paralisadora de outrora e explorá-las com maior penetração, transformando-as em substância própria com uma eficácia que, no passado, era excepcional, mesmo nos altos talentos” (Candido 2002:119).
- (16) Oswald de Andrade, dizia Antônio Cândido, era de opinião de que a crítica sociológica poderia levar a perder uma certa desordem fecunda. E, no seu entender, havia sociologia demais nas análises dos anos 20 e 30 do século XX. Ele tinha uma visão extremamente negativa da sociologia, o que demonstrava ao dizer o seguinte: “Gente que ficha e cataloga o número de sapatos das vitrinas, as vezes que um cavalheiro acende o cigarro entre o viaduto de Santa Ifigênia e o Brás etc. Devido a esta concepção um pouco primária da sociologia, o nosso ilustre Oswald confraterniza [com os outros] inimigos desta disciplina infeliz” (Candido 2002:252).
- (17) “O caso de Mário de Andrade é especial, pois ele foi um dos líderes do movimento modernista nos anos 20 e não apenas o seu maior representante, mas o seu grande teórico” (Candido 2000a:2).
- (18) São várias as tendências que formavam o que se convencionou chamar de Modernismo. Neste caso específico, tem-se em mente as contribuições de Mário de Andrade e de Oswald de Andrade.



(19) No âmbito deste artigo não há como aprofundar as reflexões sobre os principais expoentes do Modernismo. Não é possível, até mesmo, aprofundar as discussões sobre o seu principal teórico: Mário de Andrade. Entre os vários trabalhos sobre ele, ver Lopes 1972.

(20) Antônio Cândido evidencia essa posição quando afirma que Mário de Andrade se lançou, em suas obras, na meditação sobre o destino do homem e da sociedade (Candido 2002:132).

(21) Entre os romancistas que se ocuparam destes temas, Antônio Cândido cita os seguintes: José Lins do Rego, Jorge Amado, Amando Fontes, José Américo de Almeida, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos e Érico Veríssimo.

(22) Cândido afirma que os estudos sociais intitulados *Casa Grande & Senzala*, *Sobrados e Mucambos*, de Gilberto Freyre e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda eram tributários do Modernismo (Candido 2001:123).

Bibliografia

Aguiar, F. (org.) 1999. *Antonio Candido: pensamento e militância*. São Paulo: Humanitas/Perseu Abramo.

Bomfim, M. 1931. *O Brasil Nação*. São Paulo: Nacional.

Bomfim, M. 1993. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks.

Candido, A. 1979. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades.

Candido, A. 1987. A estrutura da escola. In: Pereira, L. e Foracchi, M. (org.) *Educação e sociedade*. São Paulo: Cia Nacional.

Candido, A. 1987a. Papel do estudo sociológico da escola na sociologia educacional. In: Pereira, L. e Foracchi, M. (org.) *Educação e sociedade*. São Paulo: Cia Nacional.

Candido, A. 1989. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Àtica.

Candido, A. 1989. Fora do texto, dentro da vida. In: Candido, A. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Àtica, p.100-121.

Candido, A. 1990. Radicalismos. *Estudos Avançados* 4(8): 5-18.

Candido, A. 1993. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades.

Candido, A. 1995. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades.

Candido, A. 1996. *Recortes*. São Paulo: Cia das Letras.

Candido, A. 1999. Para pensar o problema da fome. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 nov. C6, p.6.

Candido, A. 2000. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha.

Candido, A. 2000a. Tensões críticas do modernismo. *Jornal de resenhas. Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 mar. p.1-2.

Candido, A. 2001. Aliança é combinação transitória. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 15 out. CA, p. 5.

Candido, A. 2002. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34.

Candido, A. 2002a. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/USP.



- Candido, A. 2002b. Notas de crítica literária. In: Candido, A. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, p. 15-93; 123-204; 251-265.
- Candido, A. 2002c. Conjuntura. In: Candido, A. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, p. 331-380.
- Candido, A. 2002d. Um presidente e muita esperança. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 28 out. C A, p.13.
- Candido, A. 2002e. Entrevistas. In: Jackson, L C. *A tradição esquecida: os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido*. São Paulo: Humanitas/UFMG,/FAPESP, p. 125-176.
- Candido, A. 2002f. Euclides da Cunha, sociólogo. In: Candido, A. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, p. 174-182.
- Castro, J. 1935. *Condições de vida das classes operárias*. Recife: Departamento de Saúde Pública.
- Castro, J. 1961. *Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população no mundo*. São Paulo: Brasiliense, V.1 e 2.
- Castro, J. 1968. *O livro negro da fome*. São Paulo: Brasiliense.
- Castro, J. 2001. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Chacon, V. 1977. *História das idéias socialistas no Brasil*. São Paulo: Gijalbo, Edusp.
- Cunha, E. 1995. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Dantas, V. 2002. Apresentação. In: Candido, A. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, p. 229-235.
- D'incao, M. A. e Scarabôto, E. F. (orgs.) 1992. *Dentro do texto, dentro da vida: Ensaio sobre Antonio Candido*. São Paulo: Cia das Letras.
- Elias, N. 2001. Alfred Weber e Mannheim. In: Elias, N. *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.114-121.
- Evangelista, M. 2007. Almeida Garret e Gonçalves Dias, diretrizes principais do lirismo romântico. Disponível em: http://www.geocities.com/ail/bralmeida_garretegolcalvesdias.html. [Acessado em 04/10/07].
- Ferreira, B. 2000. Antonio Candido: um homem simples. *Cronos, Rio Grande do Norte* 1(2): 11-28.
- Fernandes, F. 1977. A geração perdida. In: Fernandes, F. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, p. 213-252.
- Freyre, G. 1975. *O brasileiro entre os outros hispanos: afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações*. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- Hecker, A. 1998. *Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965)*. São Paulo: Unesp.
- Konder, L. 1991. Antonio Candido. In: Konder, L. *Intelectuais & marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, p.79-85.
- Lafeté, J. L. 2000. *1930 - O Modernismo e a crítica*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34.



Lopes, T. 1972. *Mário de Andrade: ramais e caminhos*. São Paulo: Duas Cidades.

Mannheim, K. 1981. O pensamento conservador. In: Martins, J. (org). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec. p.77-131.

Nabuco apud Rosa, C. M (org.) 2000. *Os 500 anos do Brasil numa obra completa*. São Paulo: Folha da Manhã e Zero Hora.

Oliveira Viana, F. J. 1982. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados.

Peirano, M. 1991. O pluralismo de Antonio Candido. In: Peirano, M. *Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: Unb. p. 25-49.

Peirano, M. 1991a. Por um pluralismo renovado. In: Bomeny, H. e Birman, P. *As assim chamadas Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p.43-51

Ramos, A. G. 1995. Entrevista. In: Oliveira, L. L. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ.

Rezende, M. J. 2001. Os sertões e os (des)caminhos da mudança social no Brasil. *Tempo Social* 13(2): 201-226.

Rezende, M. J. 2003. Os (des)caminhos da mudança social no Brasil: a interpretação de Manoel Bomfim. *Plural* 10, p.77-106.

Romero, S. 1943. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, V.1.

Recibido el 03 Ene 2007

Aceptado el 16 Ago 2007